

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS

Janderson Alves Sauma

**INTERDIÇÕES, CLASSIFICAÇÕES E ASPECTOS DA VIDA SOCIAL: O TABU EM ALGUNS
CLÁSSICOS DA ANTROPOLOGIA**

Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel (Trabalho de Conclusão de Curso).
Orientador: Prof. Dr. Luzimar Paulo Pereira.

Juiz de Fora
2016

INTERDIÇÕES, CLASSIFICAÇÕES E ASPECTOS DA VIDA SOCIAL: O TABU EM ALGUNS CLÁSSICOS DA ANTROPOLOGIA

INTERDICTIONS, CLASSIFICATIONS AND SOCIAL LIFE: TABOO IN SOME THE CLASSICS OF ANTHOPOLOGY

Janderson Alves Sauma¹

RESUMO

O tabu é tema central de diversos textos clássicos da antropologia. A maioria dos antropólogos concorda que o conceito denomina restrições rituais que não podem ser quebradas. No entanto, apesar das convergências, o tema não foi estudado da mesma forma na antropologia e nas ciências humanas em geral. O trabalho apresentado tem como objetivo destacar as contribuições de autores tais como James Frazer, Sigmund Freud, Claude Lévi-Strauss, Mary Douglas e Edmund Leach ao tema das interdições rituais. Em linhas gerais, argumenta-se que o interesse inicial do tabu na disciplina antropológica e ciências afins volta-se para a questão da “falsa ciência”, como estabelecido por Frazer, para depois de se transformar em porta de entrada para o estudo das classificações primitivas e elemento central para o entendimento da construção sociocultural. O trabalho ainda pretende ser uma primeira abordagem a um futuro projeto de pesquisa que envolve o tema dos tabus sexuais e da morte.

PALAVRAS-CHAVE: Tabu. Falsa Ciência. Antropologia. Textos Clássicos.

ABSTRACT

Taboo is the central theme of many classic texts of anthropology. Most anthropologists agree that the concept ritual constraints that can not be broken. However, despite the similarities, the subject has not been studied in the same way in anthropology and human sciences. The work presented aims to highlight the contributions of authors such as James Frazer, Sigmund Freud, Claude Levi- Strauss, Mary Douglas and Edmund Leach to the theme of ritual interdictions. It is argued that the initial interest taboo in the anthropological discipline back to the issue of "false science", as established by Frazer, and then to become the gateway to the study of primitive classifications and central element for understanding the socio-cultural construction. Yet, the work intends to be a first approach to a future research project involving the issue of sexual taboos and death.

KEYWORDS: Taboo. False Science. Anthropology. Classic Texts.

1. INTRODUÇÃO

O tema tabu se mostra recorrente nos estudos antropológicos. Seu significado, em resumo, pode ser taxado como algo que não pode ser dito ou visto, ou seja, aquilo que deve ser evitado. O termo nasce da tradução da palavra *tapu*, de origem polinésia, para a palavra *taboo*, no inglês, como demonstrado por Freud (FREUD, 2013, p. 12). Esse autor define o termo como:

(...) uma série de restrições a que se submetem esses povos. Isso ou aquilo é proibido, não sabemos por quê, e também não lhes ocorre fazer a pergunta; eles apenas as cumprem como algo obvio, e estão convencidos de que uma transgressão será punida automaticamente, de forma severa. (FREUD, 2013, p. 16)

Os antropólogos também procuraram definir o que vem a ser tabu. O antropólogo inglês Radcliffe-Brown define tabu como “normas de boas maneiras, ordem dada por um chefe, recomendação para que crianças não se intrometam nas coisas dos mais velhos” (RADCLIFFE-BROWN, 2013, p. 122). Para Edmund

¹ Graduando em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF. E-mail: jandersonsaumaa@yahoo.com.br. Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel. Orientador: Prof. Dr. Luzimar Paulo Pereira

Leach, o termo é utilizado para denominar proibições “que são explícitas e sustentadas por sentimentos de pecado e sanções sobrenaturais a um nível consciente” (LEACH,1983, p. 175).

São muitos os autores que escrevem sobre o que significaria tabu. A maioria deles concorda que o conceito denomina restrições que não podem ser quebradas. Entretanto, o tema não foi estudado da mesma forma pela antropologia e nas ciências humanas em geral. Esse artigo tem como objetivo o entendimento do tema do tabu a partir da leitura de alguns trabalhos de Sir James Frazer, Sigmund Freud, Claude Lévi-Strauss, Mary Douglas e Edmund Leach. Cada um deles elabora teorias particulares a respeito do tabu. O enfoque desse texto é descrever e interpretar as continuidades e diferenças entre os modos pelos quais o conceito é tratado em suas obras. Em linhas gerais, argumenta-se que o interesse inicial do tabu na disciplina volta-se para a questão das formas de pensamento primitivo, como estabelecido por Frazer, para depois de se transformar em porta de entrada para o estudo das classificações selvagens e elemento central para o entendimento da construção sociocultural.

2. TABU E A FALSA CIÊNCIA

No segundo capítulo do “Ramo de Ouro”, Sir James Frazer define o que vem a ser magia simpática, importante para o entendimento do pensamento primitivo. De acordo com o autor, a magia simpática divide-se em duas: Magia Homeopática ou imitativa e a Magia Contagiosa.

A magia homeopática fundamenta-se na associação de ideias pela similaridade, ao passo que a magia de contágio se baseia na associação de ideias pela contiguidade. A primeira comete o erro de supor que a semelhança implica igualdade; a segunda, o de supor que o contato, uma vez estabelecido, não se rompe nunca. Na prática, porém, os dois ramos se combinam com frequência, ou, para sermos mais exatos, enquanto a magia homeopática ou imitativa pode ser praticada por si mesma, a magia por contágio de um modo geral envolve a aplicação do princípio homeopático que rege a outra. (FRAZER, 1982, p. 84)

Essas duas formas de magia possuem um elo em comum. Ambas são ações à distância. A magia homeopática operaria influenciada pela ideia de similaridade, enquanto a magia contagiosa procura sua eficácia num contato prévio entre as partes envolvidas no ritual. Para Frazer, tanto a magia imitativa quanto a de contágio seriam expressões de uma “Falsa Ciência”, pois iriam de encontro com aquilo que se denomina “Leis Naturais”.

Em suma, a magia é um sistema espúrio de lei natural, bem como um guia enganoso de comportamento: é tanto uma falsa ciência quanto uma arte abortiva. Considerada como um sistema de lei natural, isto é, como um conjunto de regras que determinam a sequência dos acontecimentos em todo o mundo, pode ser chamada de magia teórica; considerada como uma coleção de preceitos observados por seres humanos com o fim de conseguir seus objetivos, pode ser chamada de magia prática. (FRAZER, 1982, p. 84)

A “Falsa Ciência” é a crença no funcionamento dessa magia, mesmo não havendo uma comprovação científica demonstrando que aquele procedimento realmente é confiável. Frazer ainda esclarece que o mago – o agente da magia - não procura entender sua ação. Segundo o autor, ele “nunca analisa os procedimentos mentais em que sua prática se baseia, nunca reflete sobre os princípios abstratos que cercam seus atos.” (FRAZER,1982, p. 84). Por ser uma ciência para a qual não existe embasamento, Frazer acredita que a magia seria o primeiro passo para o desenvolvimento de uma ciência como a europeia. Somente com Lévi-Strauss a magia – uma expressão do pensamento selvagem – teria seu *status* de ciência positiva.

De acordo com Frazer, a magia contribui para a explicação do tabu. O autor argumenta que a magia só é conhecida pelo mago, sendo assim inacessível para todos os membros de uma tribo. Trata-se, assim, de um tabu. Para ele, quando se tem o acesso a poderes mágicos, deve-se saber que o indivíduo estará sujeito a forças desconhecidas, as quais podem lhe causar algum tipo de dano.

O selvagem acha que, se agir de determinada maneira, certas consequências se seguirão inevitavelmente, em virtude de uma ou de outra dessas leis. E se as consequências de um determinado ato lhe parecem oferecer a possibilidade de serem desagradáveis ou perigosas, ele naturalmente tem o cuidado de se abster de tal ato, para que não venha a sofrer com as

consequências dele. Em outras palavras, ele se abstém de fazer aquilo que, de acordo com as suas noções errôneas de causa e efeito, acredita falsamente que lhe causaria danos; em suma, submete-se a um tabu. (FRAZER, 1982, p. 96)

A magia, em especial a homeopática, é enraizada em tabus. O tabu é uma restrição que visa “evitar um acontecimento indesejável” (FRAZER, 1982, p. 97).

A magia positiva, ou feitiçaria, diz: ‘Faça isso para que tais e tais coisas aconteçam’. A magia negativa, ou tabu, diz: ‘Não faça isso, pois, se fizer, tais e tais coisas podem acontecer’. (FRAZER, 1982, p. 96)

3. FREUD

No livro “Ramo de Ouro”, Frazer descreve diversos rituais e crenças que abordam o sentido da alma humana. Em diversas sociedades, ocorre a crença de que dentro do corpo humano normal há um ser humano ou animal pequeno escondido, o que nós chamamos hoje de alma. Para muitos deles essa “alma” pode escapar do corpo por vários motivos, como demonstra Frazer.

Por vezes, porém, como iremos ver, a alma humana é concebida não sob forma humana, mas sob forma animal. Supõe-se habitualmente que a alma escape pelas aberturas naturais do corpo, particularmente pela boca e pelas narinas. Expressões populares nas línguas de povos civilizados como “botar a alma pela boca” mostram o quanto é natural a ideia de que a vida ou a alma podem escapar por esta ou pelo nariz. A alma é, com frequência, considerada como um pássaro pronto a voar. (FRAZER, 1982, p. 204-205)

Uma das inúmeras formas para evitar que a alma do nativo venha a escapar é não quebrando os tabus impostos pela sociedade. Em linhas gerais, todos estão sujeitos a quebra de tabu. Entretanto, o rei, em especial, parece estar sujeito a conjunto de regras exclusivas. Nesse sentido, existe uma grande mobilização coletiva no sentido de observar e proteger o rei para que ele não quebre determinado tabu. Frazer diz:

Os tabus destinam-se a conservar a vida, impedindo a ação de contágio ou a magia contagiosa. No caso de um rei, o tabu preserva a sua vida em benefício da sociedade, mas, ao mesmo tempo, protege a sociedade das emanções do poder mágico do rei que poderiam afetá-la, segundo o princípio de contágio. A força do tabu tem, portanto, dois aspectos. O indivíduo, seja ele rei ou plebeu, toma precauções para proteger-se, e essas mesmas precauções protegem simultaneamente o seu vizinho e a sociedade em geral. (FRAZER, 1982, 189-190)

A obediência às regras de um tabu não seriam preocupações com a vida do rei. Na verdade, ela é uma forma de prezar pela vida de todos na tribo. Freud diz que “a violação de um tabu torna tabu o próprio infrator” (FREUD, 2013, p. 14). Quando alguém quebra um tabu, não é somente ele que sofre as consequências, mas todo o seu clã. Além de simples restrição, o tabu é em si próprio a definição da vida em sociedade.

Pessoas ou coisas vistas como tabu podem ser comparadas a objetos carregados de eletricidade; são a sede de um poder tremendo, que é transmissível por contato e pode ser liberado com efeito destrutivo, se os organismos que provocam sua descarga forem muito fracos para resistir a ele. O resultado da violação de um tabu depende, em parte, da força da influência mágica inerente ao objeto ou pessoa tabu e, em parte, da força do *mana* contrária do violador do tabu. (FREUD, 2013, p. 14-15)

Os estudos de Frazer serviram para embasar o debate que Freud concretiza no seu ensaio “Totem e Tabu”. Para o autor, diversas restrições são fundamentais para a formação da vida em sociedade. Para entendermos o que seria incesto, por exemplo, devemos estabelecer e explicar como eram as classificações familiares únicas dos povos analisados. As tribos da polinésia vivem isoladas das outras culturas, mesmo daquelas que permanecem em ilhas próximas, adquiriram uma forma de categorizar suas relações de parentesco de uma forma diferente de outras tribos. A categorização deles é formada a partir de totens.

O totem, em suma, é “animal, comestível, inofensivo ou perigoso, temido, e mais raramente uma planta ou força da natureza (chuva, água), que tem relação especial com o clã” (FREUD, 2013, p. 8). A relação com seus membros estabelecia um elo onde o totem é tido como parente ancestral de um determinado grupo na tribo. A ideia de parentesco mítico fundamentava a proibição do consumo alimentar do totem, pois o animal ou força da natureza que o encarnava, é visto como um parente.

O totem é, em primeiro lugar, o ancestral comum do clã, mas também seu espírito protetor e auxiliar, que lhe envia oráculos, e, mesmo quando é perigoso para outros, conhece e poupa seus filhos. Os membros do clã, por sua vez, acham-se na obrigação, sagrada e portadora de punição automática, de não matar (destruir) seu totem e abster-se de sua carne (ou dele usufruir de outro modo). O caráter do totem não é inerente a um só animal ou ser individual, mas a todos da espécie. (FREUD, 2013, p. 8)

Assim como observado por Frazer, o funcionamento do sistema totêmico dessas tribos está ligado ao parentesco do homem com seu totem.

O totem é transmitido hereditariamente, por linha materna ou paterna. A primeira forma é provavelmente a original em toda a parte, apenas depois sendo substituída pela segunda. A relação com o totem é o fundamento de todas as obrigações sociais para um australiano; ela se sobrepõe ao fato de pertencer a uma tribo, por um lado, e ao parentesco sanguíneo, por outro lado. (FREUD apud FRAZER, 2013, p. 9)

A ideia de que o aborígene é localizado e determinado pelo seu totem implica o reconhecimento de que ele deve obedecer em primeira instância as leis de seu ancestral mítico, e viver com outros também do seu totem. Por outro lado, o membro do grupo não pode se alimentar do animal ou planta que se relaciona ao seu totem, por ser este, antes de tudo, sagrado e tido como um parente ancestral. Encontra-se aqui a ideia de incesto, pois assim como não devem consumir da carne de seu totem, os pertencentes a um mesmo grupo totêmico não podem se casar entre si.

Em quase toda parte em que vigora o totem não podem ter relações sexuais entre si, ou seja, também não podem se casar. É a instituição da exogamia, ligada ao totem. (FREUD, 2013, p. 10)

O termo exogamia, criado por Mc Lennan, evoca a “proibição de casar dentro da tribo” (AUGRAS, 1982, p. 5). Como explicado por Freud, a ideia da exogamia não era ligada aos totens, mas fora acrescentada “quando limitações ao casamento se revelaram necessárias” (FREUD, 2013, p. 11). Com isso, para Freud, o horror ao incesto estaria ligado a “aversão de antigos desejos submetidos a repressão” (FREUD, 2013, p. 12), e, portanto, as proibições do mesmo se tornam “merecedoras de rigorosas medidas de defesa” (FREUD, 2013, p. 12). Como dito por Augras, “para Freud, é mais uma prova de que os selvagens tendem a multiplicar os meios de evitar cair nas ‘tentações’ (sic) incestuosas, elaborando para tanto sistemas complexos de leis matrimoniais.” (AUGRAS, 1982, p. 7).

Como relatado por Edmund Leach:

Toda sociedade humana tem regras de incesto e de exogamia. Embora variem, as regras sempre (...) implicam que, para cada homem particular, todas as mulheres estão separadas por ao menos uma distinção binária: existem mulheres da nossa estirpe, com as quais as relações sexuais seriam incestuosas, e existem mulheres da outra estirpe, com as quais as relações sexuais são permitidas” (LEACH, 1983, p. 59-62).

Por isso, as pessoas do mesmo clã não podem ser tidas para relacionamentos matrimoniais. Elas se enquadram na primeira estirpe por serem parentes dos homens do mesmo totem. Mas as mulheres do outro totem são classificadas como da segunda estirpe e, portanto, podem ter relações.

De acordo com Pontes (2004), tanto para Freud - como para Lévi-Strauss - o tabu é um fenômeno sociocultural. Apesar disso, o modo como cada autor olha para o tema é o que o torna diferente. Para Freud o horror ao incesto está ligado ao fato de não quebra de sua psique, aquilo que é tido como errado na mente humana deve ser evitado e, portanto, taxado como tabu. Para Lévi-Strauss, todavia, o tabu é “a passagem da ordem de natureza à ordem cultural do homem” (PONTES, 2004, p. 13).

4. AS ESTRUTURAS ELEMENTARES DO PARENTESCO

Freud procurou demonstrar que o tabu do incesto era uma forma de restringir o relacionamento matrimonial entre os membros de um mesmo clã. Para ele, as restrições deram origem às famílias e às relações de parentesco tais como filho, filha, irmã e outros. Porém, com Lévi-Strauss, essa abordagem é mais estudada e aprofundada. Em Lévi-Strauss, o papel do incesto na constituição das formas básicas de relação social é abordada de outra maneira. Para Lévi-Strauss, a natureza e a cultura existem para criar a ordem social. “A construção cultural”, diz o autor, “de sociabilidade do homem, ou seja, suas relações sociais, estão permeadas pelas duas ordens que estruturam o homem” (PONTES, 2004, p. 9). Para Lévi-Strauss, a oposição entre natureza e cultura coloca um “problema de passagem” (LÉVI-STRAUSS, 1982, p. 42), pois não se sabe onde acabaria a natureza e começaria a cultura. É nesse problema da passagem que encontra-se o incesto.

Estabelecemos, pois, que tudo quanto é universal no homem depende da ordem da natureza e se caracteriza pela espontaneidade, e que tudo quanto está ligado a uma norma pertence à cultura e apresenta os atributos do relativo e do particular. Encontramo-nos assim em face de um fato, ou antes de um conjunto de fatos, que não está longe, à luz das definições precedentes, de aparecer como um escândalo, a saber, este conjunto complexo de crenças, costumes, estipulações e intuições que designamos sumariamente pelo nome de proibição do incesto. Porque a proibição do incesto apresenta, sem o menor equívoco e indissolivelmente reunidos, os dois caracteres nos quais reconhecemos os atributos contraditórios de duas ordens exclusivas, isto é, constituem uma regra, mas uma regra que, única entre todas as regras sociais, possui ao mesmo tempo caráter de universalidade. (LÉVI-STRAUSS, 1982, p. 47)

O incesto estaria localizado nas interseções dos domínios da natureza e da cultura. Por mais que alguns autores tentassem explicar a sua proibição como se fosse ela uma medida de proteção para defender resultados nefastos (LÉVI-STRAUSS, 1982, p. 51) ou por acreditarem que psicologicamente um parente próximo não cria um desejo sexual pelo outro, fato esse desmentido por Freud quando ele afirmava que “a psicanálise nos ensinou que a primeira escolha sexual do menino é incestuosa, concerne aos objetos proibidos, à mãe e a irmã” (FREUD, 2013, p. 11), Lévi-Strauss acredita que essa proibição “é apenas a afirmação, pelo grupo, que em matéria de relação entre os sexos não se pode fazer o que se quer” (LÉVI-STRAUSS, 1982, p. 51). Noutras palavras, a proibição do relacionamento com um parente não está ligada a psicologia humana ou por uma teoria de consanguinidade, mas sim para possibilitar uma organização entre os clãs. Escreve Lévi-Strauss:

A proibição do incesto tem logicamente em primeiro lugar por finalidade “imobilizar” as mulheres no seio da família, a fim de que a divisão delas, ou a competição em torno delas seja feita no grupo e sob o controle do grupo, e não em regime privado. Este é o único aspecto que examinamos até agora, mas vê-se também que é um aspecto primordial, o único coextensivo à proibição inteira. (LÉVI-STRAUSS, 1982, p. 85)

Seguindo a ideia central de Lévi-Strauss, o tabu do incesto será criado para além das regras de clãs e famílias pois é a partir dessa proibição que ocorre a troca de mulheres. O homem é proibido de usufruir das mulheres de seu próprio clã pois elas serão utilizadas como moeda de troca com o clã vizinho. Dando início assim as trocas entre clãs e a sociabilização. Nesse sentido, “a proibição do incesto exprime a passagem do fato natural da consanguinidade ao fato cultural da aliança” (LÉVI-STRAUSS, 1982, p. 70). Diz o autor:

Ora, se admitirmos, de acordo com a evidência, a anterioridades histórica da natureza em relação à cultura, somente graças às possibilidades deixadas abertas pela primeira é que a segunda pôde, sem descontinuidade, inserir sua marca e introduzir suas exigências próprias. A cultura tem de inclinar-se diante da fatalidade da herança biológica. A própria eugenia pode apenas pretender fazer uma manipulação desse dado irredutível, sempre respeitando suas condições iniciais. Mas a cultura, impotente diante da filiação, toma consciência de seus direitos, ao mesmo tempo que de si mesma, diante do fenômeno, inteiramente diferente, da aliança, o único sobre o qual a natureza já não disse tudo. (LÉVI-STRAUSS, 1982, p. 71)

Todavia a troca das mulheres sempre esteve atrelada a troca de alimento entre as tribos. A proibição do incesto, portanto, está além do fenômeno da consanguinidade ou da psique individual. “As trocas matrimoniais e as trocas econômicas”, diz ele, “formam no espírito do indígena parte integrante de um sistema fundamental de reciprocidade” (LÉVI-STRAUSS, 1982, p. 73). O incesto é, então, uma intervenção cultural criada pelo homem para classificar pessoas e coisas ao seu redor. A natureza não classifica a mulher enquanto a irmã, mãe ou prima impróprias para o casamento. Através das “regras”, o domínio da cultura emerge como lugar propício para que o incesto intervenha de modo a estabelecer as diferenças fundamentais para que as alianças de parentesco e as devidas trocas ocorram.

O fato da regra, considerado de maneira inteiramente independente de suas modalidades, constitui, com efeito, a própria essência da proibição do incesto. Porque se a natureza abandona a aliança ao acaso e ao arbítrio, é impossível à cultura não introduzir uma ordem, de qualquer espécie que seja, onde não existe nenhuma. O papel primordial da cultura está em garantir a existência do grupo como grupo, e, portanto, em substituir, neste domínio como em todos os outros, a organização ao acaso. A proibição do incesto constitui uma certa forma – e mesmo formas muito diversas – de intervenção. Mas, antes de tudo, é intervenção, ou, mais exatamente ainda, é a Intervenção. (LÉVI-STRAUSS, 1982, p. 72).

Segundo Lévi-Strauss, “a proibição do incesto limita-se a afirmar, em um terreno essencial à sobrevivência do grupo” (LÉVI-STRAUSS, 1982, p. 85), que a troca de mulheres é em si essencial para toda a tribo. “Entre as mulheres e o alimento existe um sistema inteiro de relações, reais ou simbólicas” (LÉVI-STRAUSS, 1982, p. 73). A mulher e o alimento emergiriam com grande importância para o clã; quanto maior for o número de mulheres em um clã, melhor será o recolhimento de alimentos.

Não são apenas as mulheres cuja distribuição o grupo controla, mas também todo um conjunto de valores, dos quais o mais facilmente observável é o alimento. Ora, o alimento não é somente um outro bem, e sem dúvida o mais essencial. Entre as mulheres e o alimento existe um sistema inteiro de relações, reais ou simbólicas, cuja natureza só pode ser extraída progressivamente, mas cuja apreensão, mesmo superficial, basta para fundar esta aproximação: “A mulher alimenta os porcos, os parentes tomam-lhes e as aldeias os trocam pelas mulheres”, observa em certo lugar Thurnwald. (...) O pensamento primitivo é unânime em proclamar que o “o alimento é coisa para distribuir. (LÉVI-STRAUSS, 1982, p. 73)

Portanto, a antropologia não poderia se restringir de estudar o tabu enquanto uma falsa ciência, como acreditava Frazer. Os trabalhos de Lévi-Strauss e Freud demonstravam que o tabu e a magia não eram formas de se acreditar no que não podia existir. Lévi-Strauss, em particular, ainda demonstra que o estudo do tabu está intimamente ligado aos estudos das classificações sociais. No seu “Pensamento Selvagem”, Lévi-Strauss avança no tema para sustentar que a magia (e, por extensão, o tabu) não podem ser vistos como uma “falsa ciência” ou como uma “ciência por nascer”. O autor sustenta que o modo de pensar do selvagem deveria ser visto como um sistema classificatório diferente do europeu moderno. O pensamento selvagem possui uma lógica própria. O que distingue a magia da ciência é o modo pela qual cada uma delas aborda o mundo ao seu redor.

É que existem dois modos diferentes de pensamento científico, um e outro funções, não certamente estádios desiguais do desenvolvimento do espírito humano, mas dois níveis estratégicos em que a natureza se deixa abordar pelo conhecimento científico – um aproximadamente ajustado ao da percepção e ao da imaginação, o outro deslocado; como se as relações necessárias, o objeto de toda ciência, neolítica ou moderna, pudessem ser atingidas por dois caminhos diferentes: um muito próximo da intuição sensível e outro mais distanciado. (LÉVI-STRAUSS, 1989, p. 30)

Há uma nítida mudança de enfoque nas elaborações conceituais sobre o tabu. O tabu deixa de ser um sinônimo de falsa ciência para ser objeto de estudo de parentesco e da classificação social.

4. LEACH E DOUGLAS

No seu “Pureza e Perigo”, de 1966, Mary Douglas procura demonstrar que tabus não são simplesmente resultado da quebra de certas regras estabelecidas. Para a autora, o tabu é como algo sujo e por isso a ser evitado, pois aquilo que é sujo é sempre ligado a perigo. Como explicado por Francesca Bassi, tabu para Douglas é:

Um sistema de proteção contra a impureza ao longo de certas etapas ambíguas e indefinidas da vida social e ritual e da existência pessoal, assim que a ideia de contaminação se torna relativa a transgressões de certos comportamentos rituais aptos a manter separações nos elementos de uma classificação dada. (BASSI, 2012, p.171)

A tese de Mary Douglas afirma que o tabu existe para conservar a ordem social. Para o antropólogo Edmund Leach, porém, o tabu opera como algo que para além da simples proteção da ordem social das ameaças existentes em suas margens externas e internas. O tabu, para ele, é a ferramenta fundamental para a classificação. “O mundo real da experiência é contínuo”, diz Leach, “mas é subdividido em segmentos descontínuos através do uso de categorias verbais, essas divisões são essenciais para entendermos o próximo e a nós mesmos.” (LEACH, 2000, p. 37). O papel do tabu:

Mediante o uso de categorias, separamos os espaços físico e social em áreas com diferentes potenciais de poder, criando a ilusão da descontinuidade. Nas interfaces, encontramos uma região que não pertence a nenhuma das categorias, e ao mesmo tempo pertence a ambas. É uma área perigosa, tabu, de poder manifesto (LEACH, 2000, p. 37)

Seguindo os estudos de Lévi-Strauss, Leach define o tabu como elemento central nos processos de classificação. Para ele, classificar – isto é, distinguir, hierarquizar e separar nós mesmos e as coisas do mundo - é fundamental para se entender o modo como os seres humanos criam a representação do mundo em que vivem. De acordo com Leach, “nossas classificações indicam a forma como procuramos organizar o mundo” (PEIRANO, 2014, p. 1). Além disso, as classificações dependem da sociedade e da cultura em que os homens estão inseridos.

Este mundo é uma representação das nossas categorias de linguagem, não o contrário. É porque minha língua materna é o inglês que me parece evidente que *bushes* (moitas) e *trees* (árvores) sejam diferentes espécies de coisas. Se não me tivessem ensinado isto, jamais poderia pensar deste modo. (LEACH, 1983, p. 178)

Leach e Douglas estabelecem, cada um ao seu modo, a devida importância do tabu nas relações sociais como também nas classificações sexuais e alimentares. O trabalho de Leach, por um lado, procura compreender o tabu a partir de insultos verbais na Inglaterra e entre os Kachin, da Birmânia. Para o autor, a força que determinadas categorias animais carregam quando são usados para insultar alguém está relacionado ao consumo ou não da carne desse animal. Mary Douglas, por outro lado, argumenta que a razão porquê alguns animais serem tidos como tabu é a noção da impureza. Diz Douglas:

No firmamento aves de duas pernas voam com asas. Na água, peixes com escamas nadam com nadadeiras. Na terra, animais de quatro pernas pulam, saltam ou andam. Qualquer classe de criaturas que não esteja equipada para o tipo correto de locomoção no seu elemento é contrária à santidade. O contacto com ela desqualifica uma pessoa a aproximar-se do Templo. Portanto, qualquer coisa da água que não tenha nadadeiras e escamas é impura (11, 10-12). (DOUGLAS, 2012, p. 70)

A abordagem desses autores sobre os tabus alimentares implica diferentes enfoques. Para Leach, a proibição de certos animais está relacionada à sua posição ambígua dentro de um eixo classificatório que relaciona o “ego” ao mundo exterior, seja ele o do parentesco, o das relações com os animais ou dos espaços. Os ingleses não consomem a carne de cachorro por esse animal ocupar um lugar próximo ao de membro da família. Alimentar-se de sua carne, portanto, seria algo parecido com a prática do tabu do incesto. Homem e cão seriam “companheiros” (o cão é “amigo do homem”); e homem e alimento, categorias antitéticas. “O homem não é alimento; logo, o cachorro também não pode ser alimento” (LEACH, 1983, p. 178).

Assim, como demonstrado por Osório:

Para Leach (1983), os animais de estimação são uma categoria ambígua na interseção entre o humano e o animal. Na verdade, seriam ambos ao mesmo tempo. A regra que restringe o consumo de sua carne, ou, dito de outra forma, a regra que permite tomar como animal de estimação aquele que não será comido (espécie, sobretudo, mas também indivíduo), é decorrente, segundo o autor, de uma sobreposição estrutural entre o animal de estimação e a relação de parentesco mais próxima – a de irmão/ã – guardada pelo tabu do incesto. Assim, pela analogia entre sexo e comida, o autor afirma que o animal de estimação é parte da família e, portanto, não pode ser comido. (OSÓRIO, 2001, p. 13)

Para Mary Douglas, no entanto, o não consumo de determinados animais relatados no Levítico está ligado ao fato deles não se enquadrarem rigidamente nos sistemas de classificação. Eles seriam, portanto, impuros.

Ambos os autores entendem que o tabu tem uma relação com a ambiguidade e é tema importante para nosso entendimento da vida social. Douglas acredita que a ambiguidade existe para impedir que novas classificações venham a surgir. A autora demonstra a existência de certo conservadorismo nas classificações sociais. Diz Douglas:

Uma pessoa pode ou não rever seu padrão de pressupostos. É um assunto particular. Mas categorias culturais são assuntos públicos. Não podem ser tão facilmente sujeitas à revisão. Mas não podem negligenciar o desafio de formas aberrantes (DOUGLAS, 2012, p. 54)

Para Leach, todavia, a ambiguidade está relacionada ao próprio ato de classificar. As classificações estão em constante mudança. Enquanto Douglas argumenta que o tabu ameaça os sistemas classificatórios, Leach defende que o tabu é essencial para a produção desses esquemas.

Por mais que Douglas e Leach não concordem com o que seria suas definições de tabu, ambos parecem seguir uma mesma lógica quando tratam da ambiguidade e de sua potência na vida social. Para Mary Douglas, o caráter ambíguo da cobra (animal terrestre sem pernas, que rasteja) é o que o transforma em animal impuro, perigoso e não-comestível (DOUGLAS, 2012, p. 73). Leach, por sua vez, argumenta: “Tudo o que é sagrado, valioso, importante, poderoso, perigoso, intocável, imundo, infando” é tabu (LEACH, 1983, p. 180). O insulto animal revela a força que os nomes de certos animais adquirem em função do tabu.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com os trabalhos de Lévi-Strauss, o tema tabu se desprende da “falsa ciência”. Seguindo as ideias de Freud, o autor estabelece que as devidas restrições a casamentos entre membros de um mesmo grupo totêmico seriam essenciais para o nascimento das relações sociais. Essas restrições seriam os modos de se classificar pessoas entre casáveis e não-casáveis. Os trabalhos de Lévi-Strauss foram importantes para o tema vindo a influenciar tanto Edmund Leach como Mary Douglas. Mesmo que discordem sobre qual o principal valor do tabu para a vida social, ambos se assemelham a demonstrar o tabu como ambiguidade.

Tendo em vista um futuro projeto de pesquisa, vale a pena destacar pelo menos uma questão a ser abordada: a relação, na sociedade brasileira, entre os tabus do sexo e da morte.

Segundo Caputo:

O velório também deixa de ser realizado na casa da família, na qual antes o corpo ficava exposto e era visitado pelos entes queridos, pois cada vez menos é tolerado a presença do morto em casa, tanto em função de questões de higiene quanto por falta de condições psicológicas de vivenciar esta situação. (CAPUTO, 2008, p. 78)

No Brasil o sexo e morte tocam diretamente a questão da ambiguidade. No entanto, ambas parecem estabelecer caminhos distintos na sociedade brasileira contemporânea. Na mesma medida em que há uma espécie de interdição acentuada ao tema da morte, observamos uma espécie de quebra de barreiras em relação ao tema do sexo. Moreno (2011), por exemplo, argumenta a centralidade do sexo nos funks “proibições”. Segundo o autor, a manifestação cultural tem como centralidade músicas que “abordam temas sexuais e fazem de maneira pejorativa e sexista, algumas vezes se referindo às mulheres como objeto de satisfação dos desejos masculinos” (MORENO, 2011, p. 9). Um estudo bibliográfico sobre o tema dos tabus parece ser uma forma de direcionar uma pesquisa futura.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, /Júlio César. /Chats na Web: /A linguagem Proibida e a Queda de Tabus. /**Linguagem em (dis)curso**, /Tubarão, /v. 8, /n. 2, /p.311-334, /ago. 2008.
- AUGRAS, /Monique. /As fontes explícitas da obra antropológica de Freud. /**Arquivos Brasileiros de Psicologia**, /Rio de Janeiro, /v. 1, /n. 31, /p.3-15, /fev. 1982.
- AUGRAS, /Monique. /**O que é Tabu**. /São Paulo: /Brasiliense, /1989. /78 p. (Coleção Primeiros Passos).
- BASSI, /Francesca. /Revisitando Tabus: /As Cautelas Rituais do Povo de Santo. /**Religião e Sociedade**, /Rio de Janeiro, v. 2, n. 32, p.170-192, nov. 2012.
- CAPUTO, /Rodrigo Feliciano. /O Homem E Suas Representações Sobre A Morte e o Morrer: /Um Percorso Histórico. /**Revista Multidisciplinar da Unesp**, /São Paulo, /n. 1, /p.73-80, /dez. 2008.
- DA MATTA, /Roberto (Org.). /**Edmund Leach**. /São Paulo: /Ática, /1983. /206 p. (Coleção Grandes Pensadores Sociais).
- DOUGLAS, /Mary. /**Pureza e Perigo**. /2. ed. /São Paulo: /Perspectiva, /2012. /228 p.
- DURKHEIM, /Émile. /**As Formas Elementares da Vida Religiosa**: /São Paulo: /Martins Fontes, /1996. /609 p.
- EVANS-PRITCHARD, /Edward Evan. /**A Noção de Bruxaria como Explicação de Infortúnios**. /Rio de Janeiro: /Zahar Editores, /2005.
- FERREIRA, /Aurélio Buarque de Holanda. /**Mini Aurélio**: /O minidicionário da língua portuguesa. /4. ed. /Rio de Janeiro: /Nova Fronteira, /2001. /790 p.
- FRAZER, /Sir James George. /**O Ramo de Ouro**: /Versão Ilustrada. Rio de Janeiro: /Zahar Editores, /1982. /637 p.
- FRUED, /Sigmund. /**Totem e Tabu**: /São Paulo: /Penguin e Companhia das Letras, /2013. /169 p. (Coleção Grandes Ideias). Tradução de: Paulo César de Souza.
- LEACH, /Edmund R. /Once a Knight Is Quite Enough: como nasce um cavaleiro britânico. /**Mana – Revista de Antropologia Social**, /Rio de Janeiro, v. 6, n 1, p. 31-56, abr. 2000.
- LÉVI-STRAUSS, /Claude. /**As Estruturas Elementares de Parentesco**. /2. ed. /Petrópolis: /Vozes, /1982. /537 p.
- LÉVI-STRAUSS, /Claude. /**O Pensamento Selvagem**. /Campinas: /Papirus, /1989.
- MORENO, /Gilberto Geribola. /Novinhas, malandras e cachorras: /jovens, funk e sexualidade. /**Ponto Urbe**, [s.l.], n. 9, p.1-14, 8 out. 2014. Disponível em: <<http://pontourbe.revues.org/277>>. Acesso em: 12 fev. 2016.
- ORSI, /Vivian. /Tabu e Preconceito Linguístico. /**Revel**, São José do Rio Preto, v. 17, n. 9, p.334-348, ago. 2011. Disponível em: <http://www.revel.inf.br/files/artigos/revel_17_tabu_e_preconceito_linguistico.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2016.
- OSÓRIO, /Andréa. /Alguns aspectos simbólicos acerca do gato. /**Ilha**, Florianópolis, v. 2, n. 12, p.232-259, jan. 2001.
- PEIRANO, /Mariza. /Edmund Leach. /In: /ROCHA, /Everardo; /FRID, /Marina (Org.). /**Os Antropólogos**. /Rio de Janeiro: /Vozes, /2014.
- PONTES, /Andrea Mello. /O Tabu do Incesto e os Olhares de Freud e Lévi-Strauss. /**Trilhas**, Belém, v. 1, n. 4, p.7-14, jun. 2004.
- RADCLIFFE-BROWN, /A.R.. /**Estrutura e Função na Sociedade Primitiva**. /2. ed. /Petrópolis: /Vozes, 2013. /p. 122-136. (Coleção Antropologia).
- SILVA, /Antônio Luiz da. /Ao som dos “palavrões e nomes feios”: /A inserção das crianças no universo do futebol amador em Catingueira – PB. /**Esporte e Sociedade**, Niterói, v. 25, n. 10, p.1-25, mar. 2015. Disponível em: <<http://www.uff.br/esportesociedade/pdf/es2503.pdf>>. Acesso em: 16 jan. 2015.
- SOUSA, /Leilane Barbosa de et al. /Sexualidade na adolescência: /análise da influência de fatores culturais presentes no contexto familiar. /**Acta Paul Enferm**, Fortaleza, v. 4, n. 19, p.408-413, 06 nov. 2006.